



R E L A T Ó R I O

EXTERNO

20

20

EXPEDIENTE

Secretário da Fazenda
Marco Aurelio Santos Cardoso

Secretário Adjunto da Fazenda
Jorge Luis Tonetto

Subsecretário do Tesouro do Estado
Bruno Queiroz Jatene

Subsecretários Adjuntos do Tesouro do Estado
Eduardo Rosemberg Lacher | Elói Astir Stertz | Guilherme Correa Petry

Chefe de Gabinete
Nelson Alexandre Korman

Divisão da Dívida Pública (DDIP)
Felipe Rodrigues da Silva

Divisão de Estudos Econômicos e Fiscais e Qualidade do Gasto (DEQG)
Marcos Antonio Bosio

Divisão de Planejamento Financeiro e do Sistema Integrado e Adm. do Caixa (DPLAN)
Fabiano Messina

Divisão de Programação e Execução Orçamentária (DPO)
Isabel Jorge

Divisão de Programação e Execução Financeira (DPROF)
Eroni Izaías Numer

Divisão de Gestão da Folha de Pagamento (DGF)
Juliana Debaquer

Divisão de Tecnologia e Informação (DTI)
Nelson Roncarati

Seção de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (SEPRE)
Humberto Carlos Lastorina

Gestão Estratégica do Tesouro do Estado (AGETE)
Diego da Silva Timmers

Assessoria de Orientação e Normatização (ASSON)
Roberto Luiz da Luz Bertoncini

Comitê de Programação Orçamentária e Financeira (CPROF)
Eugênio Carlos dos Santos Ribeiro

Grupo de Assessoramento Especial (GAE)
Sônia Tizoni



RELATÓRIO
EXTERNO
20
20

- 1.** Introdução
- 2.** Conjuntura econômica de 2020 e os impactos nas finanças públicas
- 3.** Tecnologia, agilidade e superação
- 4.** O esforço do Tesouro para se comunicar com seus públicos
- 5.** Contingenciamento
- 6.** Depósitos Judiciais
- 7.** Melhorias na situação de caixa do Estado
- 8.** Resultados 2020
- 9.** Iniciativas estratégicas 2020
- 10.** Comunicação
- 11.** Desafios 2021 – Olhar para o futuro

1.

Introdução





GERIR AS FINANÇAS PÚBLICAS E SER GUARDIÃO DA SUSTENTABILIDADE FISCAL

nunca foi uma missão tão desafiadora e necessária como em 2020. Preservar os recursos ainda escassos e ao mesmo tempo destiná-los para as urgências de um período de pandemia que se prolongou muito além do esperado, exigiu que os servidores e gestores empreendessem ainda mais a visão de que essa é uma **INSTITUIÇÃO DE EXCELÊNCIA, PROTAGONISTA DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO**. Para isso, os valores de **CONFIABILIDADE, COMPETÊNCIA, PROATIVIDADE E COOPERAÇÃO** orientaram a gestão e realocação dos recursos disponíveis, buscando novas formas de financiamento às necessidades que se impuseram, mas também criando soluções em programas e projetos para estreitar a distância entre os públicos do Estado e os serviços necessários para cada um deles.

Na crise imposta, o Tesouro do Estado precisou fortalecer ainda mais a marca de credibilidade e transparência.


Nesta primeira década de existência, o Tesouro do Estado trabalha e inova para garantir uma posição imprescindível na gestão e proteção das finanças do Estado. Acompanhe a seguir os principais cenários, indicadores e realizações da Subsecretaria em 2020.

2.

Conjuntura econômica de 2020 e os impactos nas finanças públicas

O ano de 2020 ficará irremediavelmente marcado na história brasileira e mundial em função da pandemia da Covid-19. Além dos nefastos efeitos relativos à questão da saúde pública em si, no plano econômico, o conjunto de fatores associados à pandemia também se fez sentir de forma absolutamente contundente. Interrompendo uma sequência de três anos de lenta recuperação, entre 2017 e 2019, o PIB do Brasil voltou a se contrair em 2020. Conforme o IBGE, a queda neste ano foi de 4,1%, encerrando uma década que pode ser considerada a de pior performance de crescimento de toda a história brasileira pois registrou um crescimento médio de apenas 0,27% ao ano.

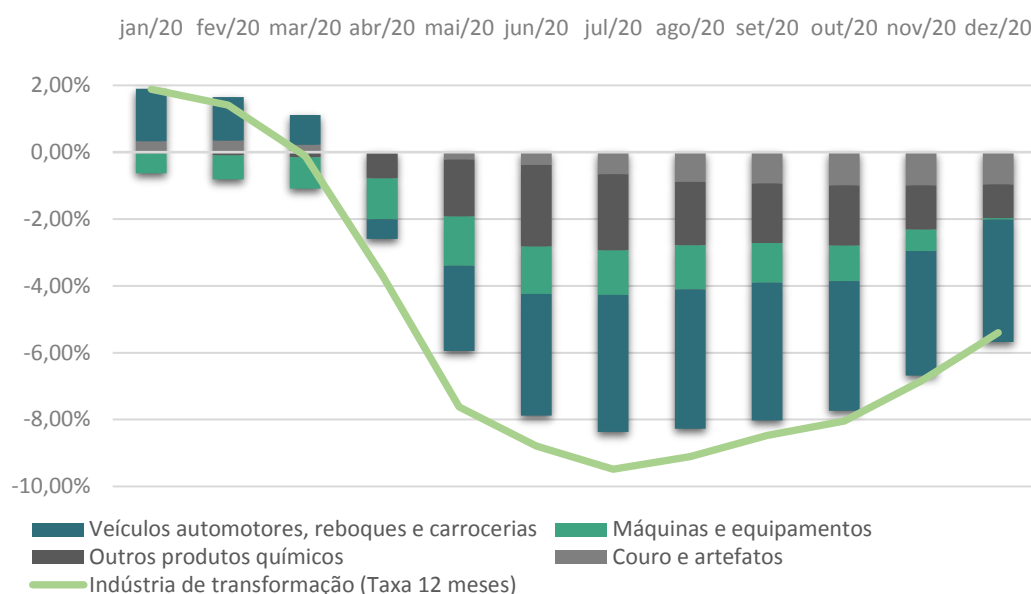
Com respeito à economia do Rio Grande do Sul, a performance no ano também foi naturalmente afetada pela pandemia e os resultados contrastam bastante com o que havia sido observado nos 12 meses anteriores. O ano de 2019 havia sido bastante positivo para o Rio Grande do Sul, ao menos no que diz respeito a sua relação com o conjunto da economia brasileira, sobretudo pelo desempenho da sua indústria. Observou-se, entretanto, no Relatório Externo do Tesouro de 2019, que já no segundo semestre daquele ano o movimento havia sido invertido. Àquela tendência já desfavorável do segundo semestre de 2019 somaram-se os efeitos da pandemia, a partir de março de 2020. Os efeitos da quebra da safra de soja, circunstância também presente no ano, deverão afetar negativamente as estatísticas estaduais. Também afetaram de forma expressiva o PIB estadual anual, que registrou queda de 7%.



Interrompendo uma sequência de três anos de lenta recuperação, entre 2017 e 2019, o **PIB do Brasil voltou a se contrair em 2020. Conforme o IBGE, a queda neste ano foi de 4,1%**, encerrando uma década que pode ser considerada a de pior performance de crescimento de toda a história brasileira pois registrou um **crescimento médio de apenas 0,27% ao ano.**



Gráfico 1 • Taxa de crescimento da indústria de transformações e algumas contribuições setoriais aproximadas selecionadas



Fonte: IBGE; FEE

O Gráfico 1 mostra que a produção da indústria de transformação estadual chegou a estar caindo 9,5% em 12 meses na metade do ano, reduzindo um pouco a intensidade da queda ao longo do segundo semestre e encerrando o período com contração de 5,40%. Os principais setores a contribuírem para esta contração foram o de veículos, máquinas e equipamentos, outros produtos químicos, couro e artefatos.

Não pode haver dúvida, portanto, sobre o fato de que os números apresentados até aqui configuram um quadro bastante complicado para a atividade econômica no ano. Entretanto, considerando a amplitude dos cenários que foram estabelecidos nos primeiros meses de 2020 buscando projetar o que poderia vir ser o efeito da pandemia sobre a atividade econômica brasileira, constata-se que o resultado efetivo esteve até mais próximo dos cenários otimistas do que daqueles mais pessimistas¹. Algo semelhante ocorreu com o quadro geral das finanças públicas estaduais que, se é verdade que encontram-se ainda longe de estarem completamente equacionadas, também não chegaram a sofrer nova deterioração, mesmo em meio a um quadro tão delicado².

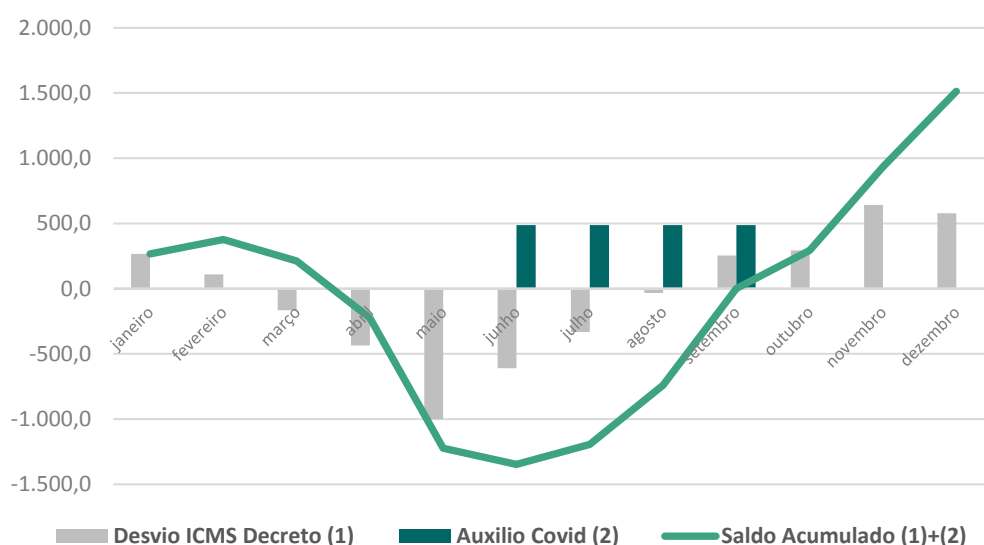
¹ Na estrutura de cenários que foi montada na SEEF/DEQG no primeiro semestre o crescimento econômico era projetado fundamentalmente em função de duas variáveis: o percentual de quebra do nível de atividade e a sua duração. O cenário mais próximo do resultado efetivo do PIB brasileiro foi aquele que considerava quebra de 40% na atividade durante 30 dias, resultando em contração de 3,87% do PIB anual, bastante distante do pior cenário que era de contração bem maior, acima de 10%. Não foram incomuns à época estimativas de contração tão grandes quanto essa, dada a grande incerteza do momento. O PIB estadual, conforme se observou, sofreu os efeitos particulares da safra de soja. Ver a Nota Metodológica na Informação Técnica SEEF/DEQG 01/2020.

² Ver Pedrosa e Braatz (2020) em <https://terracoeconomico.com.br/auxilios-federais-mascaram-a-crise-fiscal-dos-estados-em-2020/>.

Um conjunto de fatores colaborou para este resultado. Diante da enorme incerteza que se apresentava no primeiro semestre, foram tomadas medidas para contenção de gastos, encaminhadas as reformas administrativa e previdenciária, além da prática de ações de controle. Pela via direta, foram concedidas transferências extraordinárias visando compensar a perda de arrecadação que naquele momento era projetada. O debate político sobre os valores concedidos se deu em momento em que predominavam os cenários bem menos otimistas e assim as estimativas de quebra de receitas tributárias eram expressivas. Pela via indireta, há que se levar em conta os efeitos aparentemente muito importantes das diversas ações de natureza contra cíclica que foram adotadas também como resposta às perspectivas iniciais sobre os efeitos econômicos da pandemia.

Podemos citar especialmente o auxílio emergencial concedido diretamente para trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, como também o pagamento, com recursos do Tesouro Nacional, dos rendimentos dos trabalhadores assalariados com contrato de trabalho suspenso durante o ano. Tais medidas constituíram clara ruptura, ainda que temporária, com a política de rígida contenção de despesas públicas que vinha sendo praticada. Seus efeitos parecem ter sido bastante importantes para sustentar o fluxo de renda na economia e assim evitar tanto que a crise econômica fosse tão profunda quanto poderia ter sido como também permitir que houvesse uma recuperação mais rápida, ao longo do segundo semestre.

Gráfico 2 • Auxílio Covid e Desvio do ICMS efetivo em comparação ao projetado (R\$ milhões)



Fonte: Sefaz/RS

3.

Tecnologia, Agilidade e Superação





O teletrabalho chegou para os servidores do Tesouro do Estado em março de 2020. A nova dinâmica exigiu adaptação nas rotinas, aprendizagem rápida de novas tecnologias e garantia de acessos com os devidos procedimentos de segurança. Mesmo com tantos desafios, o trabalho não paralisou e as diretrizes definidas pelo governo para o combate à pandemia da Covid-19 foram implementadas na sua totalidade, sem prejuízo ou interrupção das tarefas que são fundamentais para o funcionamento das demais secretarias e órgãos.

Além de vencer o difícil desafio de manter a operação e o atendimento aos diversos públicos, o Tesouro do Estado teve contribuição relevante para que o Estado enfrentasse o cenário adverso. Desde o desenvolvimento de métodos para prospecção de cenários econômicos e financeiros em momento de grande incerteza, passando pela viabilização das políticas públicas de enfrentamento da estiagem, de mitigação dos efeitos da pandemia, da volta às aulas, dentre outras, até a contribuição no realinhamento dos projetos estratégicos e dos limites orçamentários de todos os órgãos do Estado.

4.

O esforço do Tesouro
para se comunicar com
seus públicos




O Tesouro do Estado manteve o atendimento aos cidadãos e demais públicos, a partir de vários canais, além de garantir as operações a serem realizadas. Entre as mais complexas está a Folha de Pagamento. Em 2020, foi realizada a gestão de 121 folhas de pagamento totalizando R\$ 20,3 bilhões. A nova realidade de isolamento como medida preventiva de combate à Covid-19, trouxe uma preocupação extra sobre a efetividade dessas operações. No entanto, trabalho conjunto de várias áreas do Tesouro, garantiu a normalidade dessa gestão e dos outros assuntos que atendem aos servidores.

Neste momento especial, a meta foi disponibilizar novos canais em multiplataforma para o atendimento ao público, facilitando o acesso e garantindo o padrão de atenção e encaminhamentos necessários. O **número 0800 5410005** foi um dos meios bastante eficazes para informar e tirar dúvidas.

Outra plataforma se destacou no esforço de agilidade e eficiência na disponibilização de dados e informações, o **APP ServidorRS**, lançado com intuito de se tornar o principal canal de comunicação para que o servidor tenha acesso a seus dados funcionais. Entre as facilidades estão acesso a contracheques, consulta e solicitação de férias, comprovante de rendimentos além de recebimento de mensagens informando por exemplo a disponibilidade do pagamento mensal. (Veja mais detalhes sobre a ferramenta ao longo do documento)

As medidas de isolamento social também alteram as dinâmicas de atendimento de diversas outras demandas. No caso do recebimento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), as inovações implementadas garantiram a manutenção e qualificação do atendimento. Ao longo de 2019, o Tribunal de Justiça desenvolveu uma nova ferramenta para a emissão de RPVs. Ao mesmo tempo, a equipe do Tesouro do Estado desenvolveu, em conjunto com a PROCERGS, **ferramentas para aprimorar a recepção das novas RPVs eletrônicas**. Em 2019, a seção recebia 85 % das RPVS no modo manual e 15 % no modo eletrônico. Em 2020 o número se inverteu.



Neste momento especial, **a meta foi disponibilizar novos canais em multiplataforma para o atendimento ao público**, facilitando o acesso e garantindo o padrão de atenção e encaminhamentos necessários.

Com relação a informações sobre pagamentos de credores, foram mais de 6 mil atendimentos. Para tanto, foram ajustados os procedimentos, como a **criação de caixa de e-mail para atendimento e pagamento de guias pelo Office Banking do Banco do Brasil**. O Desenvolvimento de ferramenta para consulta pelos fornecedores do Estado é outro exemplo de avanço nos sistemas e dispositivos de atendimento virtual. A iniciativa permitirá consultar dos pagamentos recebidos, liquidações vincendas no sistema FPE - Finanças Públicas do Estado, módulo Contas a Pagar, e realizar o cadastramento para receber informações por e-mail. **O Pagamentos Fornecedor RS** é um aplicativo que está sendo finalizado e deverá, em 2021, promover mais agilidade e transparência na relação do Estado com seus credores.



5.

Contingenciamento

A queda expressiva na arrecadação de receitas do Estado, com perdas que chegaram a R\$ 750 milhões somente no mês de abril, demandou novas medidas de contingenciamento. Neste mês, foi editado o Decreto 55.211, de 29/04/2020 que instituiu o Plano de Contingenciamento de gastos em razão da Covid-19, com a definição de diversas vedações de gastos, para abrandamento dos impactos econômicos e financeiros decorrentes do Estado de calamidade pública. A iniciativa projetou a economia de pelo menos R\$ 40 milhões e soma-se ao decreto publicado no início de 2020, quando já havia orientação de redução anual de R\$ 420 milhões de um total de R\$ 3,1 bilhões do custeio passível de ser contingenciado, ou seja, que está relacionado à manutenção da estrutura dos órgãos do Executivo.

O novo decreto buscou avançar na economia de custeio dentro das possibilidades estreitas de um orçamento sem muita margem de redução de despesas.

Além de manter a contenção dos gastos de custeio contingenciáveis, como despesas de rotina dos órgãos, contratos de aluguel, água, energia, telefonia, material de consumo e outras despesas relativas a políticas públicas, que não tenham vinculação legal ou constitucional e que podem sofrer ajustes, os gestores de cada órgão foram chamados a adotar medidas possíveis para redução de despesas decorrentes dos contratos de locação de mão de obra terceirizada.

Pelo texto do decreto, ficaram vedadas ações de contratações de serviços e obras, bem como foram proibidos aditivos a contratos de serviços e obras que implicassem acréscimo ao objeto, despesas com qualificação de recursos humanos, serviços de coffee break, participação em eventos, seminários, congressos e congêneres e despesas com diárias, transporte terrestre e aéreo, e demais gastos relacionados a viagens em percentual superior a 50% do empenhado em 2019. Pelo decreto, são tratadas como exceção as despesas em ações de combate à pandemia da Covid-19.



Em 2020 a queda na **arrecadação de receitas** do Estado foi expressiva, **com perdas que chegaram a R\$ 750 milhões** somente no mês de abril.



Outros destaques da execução orçamentária e financeira do período:

- Análise dos Projetos de Lei sobre o Instituto de Previdência
- Liberação para forrageiras e aftosa (o decreto saiu em tempo recorde)
- Viabilização de recursos para a Emater
- Antecipação R\$ 65 milhões para fortalecer a atuação do IPE Saúde
- Desenvolvimento de programa de repasse a alunos carentes que ficaram sem a merenda escolar (trabalho conjunto com a SEDUC)
- Redirecionamento de recursos que estão fora do SIAC para o enfrentamento da crise (viabilização junto com a Secretaria de Justiça)
- Destinação de recursos para aquisição/distribuição de cestas básicas para pessoas em condição de vulnerabilidade
- Viabilidade para o Plano Estiagem
- Contato permanente com a Secretaria da Saúde para viabilizar recursos de doações e redirecionamento de emendas parlamentares para o enfrentamento da crise.

6.

Depósitos Judiciais

Em 2020, foi aprovado pelo Legislativo gaúcho, o projeto de Lei do Executivo que autorizou a suspensão temporária da recomposição dos depósitos judiciais. Durante o período de calamidade, o Tesouro do Estado pode deixar de manter na conta corrente o percentual mínimo previsto em lei, de 5% do total dos depósitos judiciais. A medida foi e continua sendo um alento para os cofres públicos, por conta da perspectiva de queda de arrecadação e a necessidade de pagar novas despesas, especialmente para a saúde. O texto prevê o prazo de 12 meses após o fim do período de calamidade pública para a recomposição dos 5% do saldo, com acréscimo da recomposição de um ponto percentual a cada três meses. O limite de 5% do Fundo é de R\$ 543.890.977,20 e o Saldo disponível fechou o ano de 2020 com R\$ 776.964.360,36, não tendo sido necessário aportar recursos em 2020, tampouco o será em 2021.



7.

Melhorias na situação de caixa do Estado



Em um ano atípico, triste e recheado de perdas, raras foram as boas notícias. Em novembro de 2020, uma das poucas aconteceu quando o Estado conseguiu colocar em dia a folha de pagamento depois de 57 meses de atrasos. Durante o período, a despesa de pessoal teve o menor crescimento da série histórica.

Também em 2020, o pagamento dos fornecedores que são pagos pela Tesouraria Central teve melhora considerável. Iniciou-se o ano com um atraso máximo de 60 dias, no decorrer do ano o atraso baixou para 30 dias e, em dezembro, conseguiu-se colocar em dia os fornecedores, após um período de aproximadamente três anos em que estes estavam com seus recebimentos em atraso.

Esse resultado foi possível devido a uma conjunção de fatores:

- ✓ Recuperação da arrecadação do ICMS no segundo semestre;
- ✓ Redução do déficit previdenciário em função das reformas, pela melhora da receita previdenciária de em torno de R\$ 700 milhões, e pela diminuição da despesa em R\$ 303 milhões em relação a 2019;
- ✓ Auxílio da União para compensar as perdas de arrecadação do início da pandemia, no valor de R\$ 1,95 bilhão;
- ✓ Reposição de receita do Fundo de Participação Estadual – FPE, garantindo que o repasse deste fundo fosse igual ao do ano de 2019, no valor de R\$ 126 milhões;
- ✓ Ingresso do recurso da lei complementar 176/2020, referente aos valores de ressarcimento da lei Kandir, relativos ao ano de 2020, no valor de R\$ 273 milhões;
- ✓ Receita por antecipação de IPVA 2021, no valor de R\$ 58 milhões;
- ✓ Suspensão da dívida do BNDES, no valor de R\$ 78 milhões;
- ✓ Manutenção da liminar da dívida na Lei 9496, por intermédio da qual ficou no caixa do RS o valor de R\$ 3,5 bilhões;
- ✓ Aumento do saldo das contas das entidades do SIAC;
- ✓ Contínuo controle das despesas.

A permanência da liminar do STF, que vigora desde 2017, permitiu ao Estado deixar de pagar as parcelas mensais da dívida com a União, sem com isso sofrer execuções, bloqueios ou suspensão de outros repasses. Tal situação representou alívio fundamental no fluxo de caixa do Estado, sem o qual não haveria capacidade de honrar os pagamentos para o seu funcionamento e demais atividades básicas. Além disso, o Rio Grande do Sul obteve suspensão dos pagamentos dos empréstimos do

Programa Emergencial de Financiamento I (PEF I) e do Programa Emergencial de Financiamento II (PEF II), Defensoria e Proredes, com o BNDES, no período de julho a dezembro de 2020.

Mesmo com o controle das despesas de custeio, importante destacar o aumento nos pagamentos para saúde. Os valores enviados pela União direcionados à Saúde (R\$ 826 milhões) foram rigorosamente aplicados no combate ao coronavírus, como se comprova pelo aumento de R\$ 1,1 bilhão nas despesas com a função Saúde no ano.

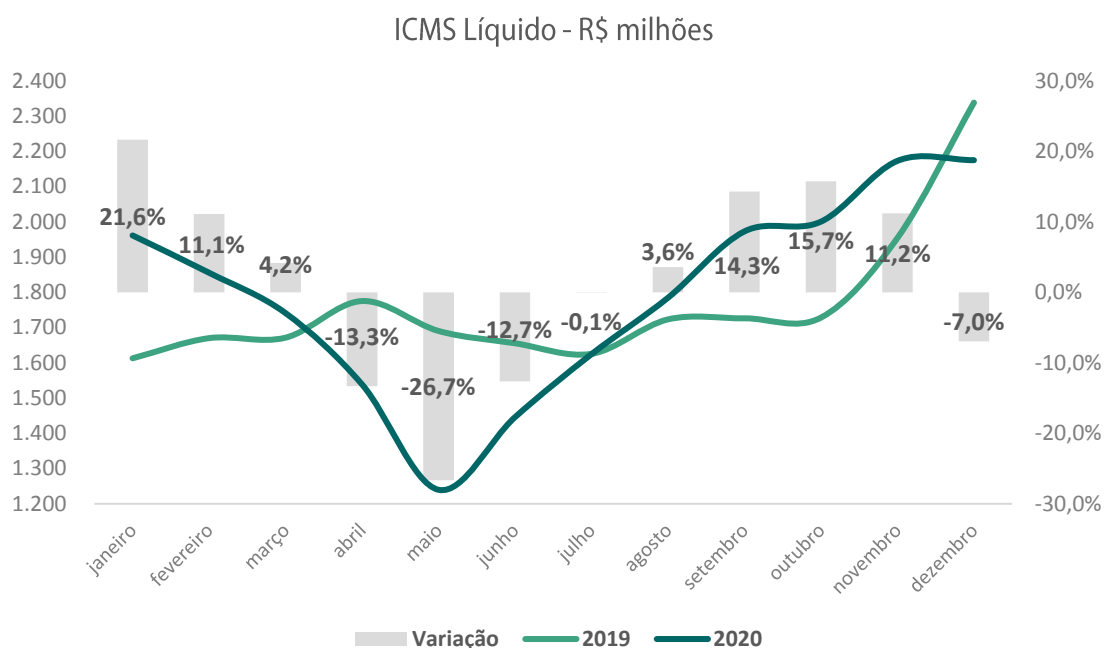
Estes repasses se dividiram em duas modalidades, para finalidades diferentes. Foram recebidos R\$ 259 milhões, direcionados da seguinte forma: Produção Hospitalar (leitos), R\$ 134,5 milhões; Transferências a Municípios, R\$ 112,7 milhões e Convênios com Hospitais, R\$ 11,5 milhões. De outra parte, R\$ 567 milhões foram recebidos por intermédio de repasses diretos do Ministério da Saúde, com destinação específica para o combate à Covid-19 - regradada por Portarias do MS - alocados nos seguintes projetos:

Convênios com hospitais	R\$ 205.491.015,60
Produção hospital (leitos)	R\$ 180.551.077,60
Medicamentos e artigos cirúrgicos	R\$ 97.330.746,24
Aquisição de equipamentos	R\$ 15.938.331,20
EPIs	R\$ 15.390.855,25
Locação de Equipamentos	R\$ 8.670.012,00
Transferência a Municípios	R\$ 6.682.099,45
Outros	R\$ 674.898,15
	R\$ 530.729.035,49

O valor gasto de R\$ 530 milhões representa o valor empenhado em 2020, correspondente a 94% do total recebido. A diferença está sendo utilizada em 2021, conforme autorização do Acórdão do TCU 3225/2020.

De forma similar se deu com outros repasses como os relativos à Lei Aldir Blanc, que refletiram em um aumento de R\$ 75 milhões de gastos na Cultura.

Pelo lado da Receita, a evolução do ICMS líquido na comparação de 2020 com 2019 demonstra o grau de redução ocorrido no início da pandemia e a capacidade de recuperação ocorrida no segundo semestre (apenas não foi maior porque no final de 2019 houve um Refaz¹).



Durante 2020, houve piora do resultado após o início da pandemia em março e recuperação gradual e contínua no segundo semestre.

Embora 2021 se apresente com as mesmas incertezas do ano passado, inclusive com o recrudescimento da pandemia, o que exige que as projeções estejam em constante atualização, a melhora dos fundamentos e da situação fiscal do início deste ano nos permitem esperar que o cenário financeiro seja melhor que em 2020.

¹ O Programa Especial de Quitação e Parcelamento de ICMS (Refaz) foi instituído por meio do Decreto nº 54.853, no final de 2019. É um programa que possibilita a regularização de empresas devedoras de ICMS com redução de juros e descontos em multas.

7.1 LEI KANDIR


Após anos de discussões sobre a aplicação da chamada Lei Kandir, começaram no apagar das luzes de 2020, os repasses federais relativos aos critérios definidos a partir de acordo mediado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) entre a União e o Fórum Nacional de Governadores. O Rio Grande do Sul recebeu R\$ 276 milhões, fazendo parte do grupo dos primeiros Estados a receber os recursos, a partir da sanção da lei federal complementar 176/2020, ocorrida em 29/12.

Para receber ainda em 2020, os Estados precisaram manifestar o interesse via sistema até 30 de dezembro, o que exigia aos entes concordarem com os termos estabelecidos no acordo e na lei. Com a assinatura do governador enviada a tempo, os recursos foram recebidos pelo Tesouro do Estado em 31 de dezembro. No Rio Grande do Sul, também foi sancionada no dia 29 a Lei 15.577/2020, que autorizou o Poder Executivo a dar quitação quanto aos valores devidos vencidos e vincendos da Lei Kandir mediante o novo regramento.

A lei prevê um total de R\$ 65,6 bilhões acumulados até 2037, sendo 75% para os Estados e 25% para os municípios. Dentro de cada Estado, a divisão entre os municípios será pelo IPM (Índice de Participação dos Municípios no ICMS). Nesta primeira parcela, R\$ 92 milhões couberam aos municípios gaúchos conforme a manifestação individual no sistema da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 133/2020, que compensa perdas com a desoneração de produtos destinados à exportação (Lei Kandir), foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 14 de dezembro.

Fruto de muitas negociações com ação efetiva do Tesouro gaúcho, os recursos vão permitir uma situação de caixa mais favorável em 2021, sendo destinados aos pagamentos das consignações da folha, fornecedores e demais despesas correntes do Estado.



A lei prevê um total de **R\$ 65,6 bilhões** acumulados **até 2037**, sendo **75%** **para os Estados e 25% para os municípios.**

8.

Resultados 2020

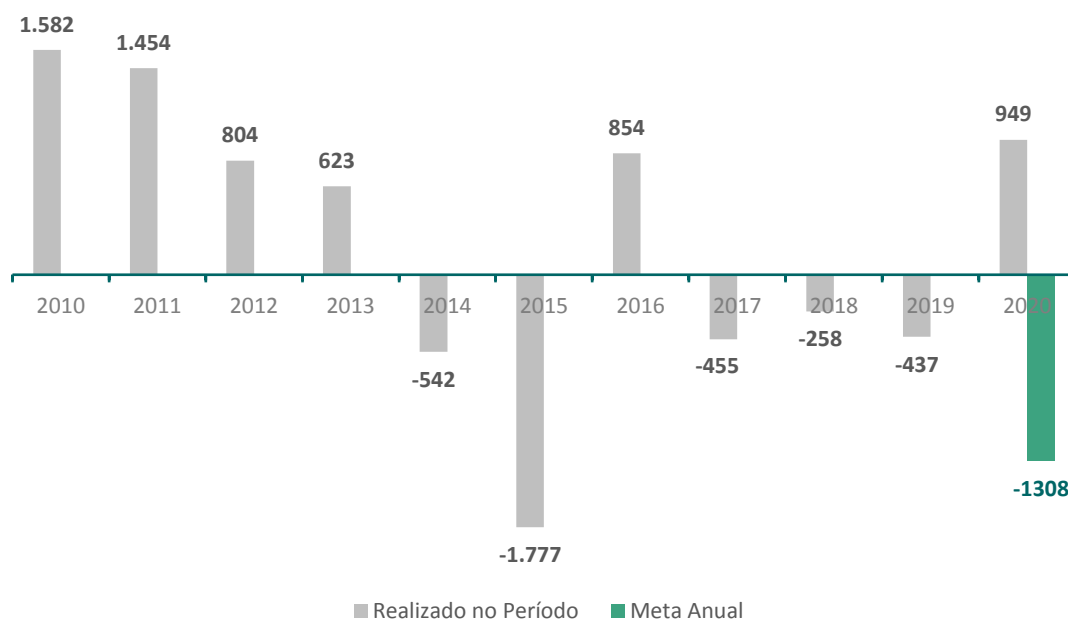
A seguir apresentamos os principais resultados dos indicadores que são acompanhados pelo planejamento estratégico do Tesouro do Estado.

8.1 RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário de 2020 foi um superávit de R\$ 190 milhões como indicado no gráfico 1 - que a meta de primário da LDO foi atingida com relativa folga, devido à melhora das projeções de receitas. Manutenção das alíquotas de ICMS geraram nova projeção de receita, bem como as Reformas previdenciária e administrativa deram bons resultados (reduziram muito o crescimento das despesas de pessoal).

Gráfico 1 • Resultado Primário - LRF

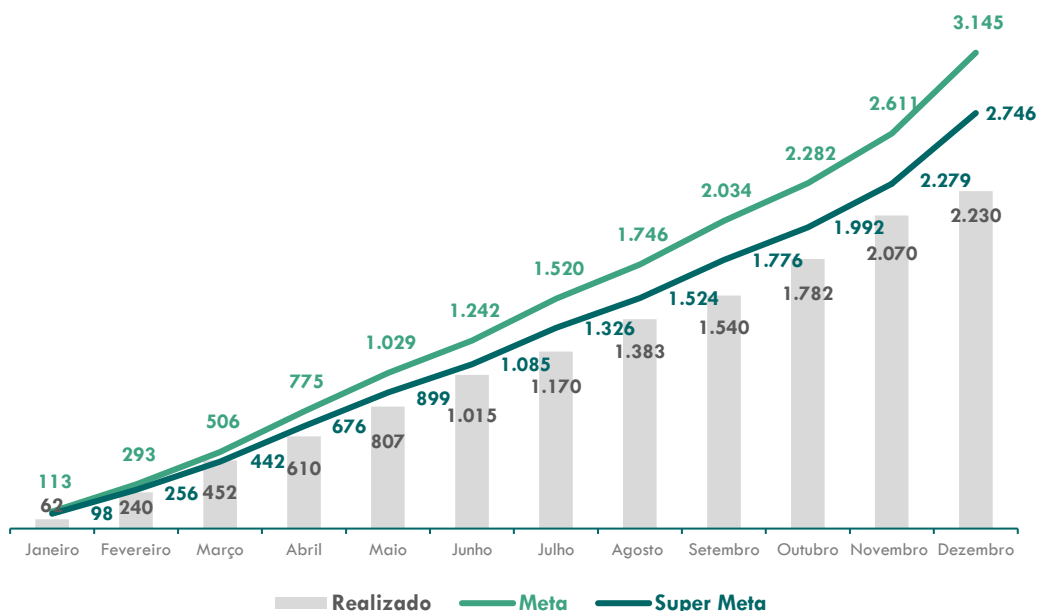
Recursos extraordinários União **R\$ 1,95 bi** (auxílio financeiro),
R\$ 276 mi Lei Kandir. Aumento da contribuição previdenciária.



O resultado primário de 2020 foi um superávit de **R\$ 190 milhões**

8.2 CUSTEIO

Gráfico 2 • Meta e Supermeta de custeio acumulado

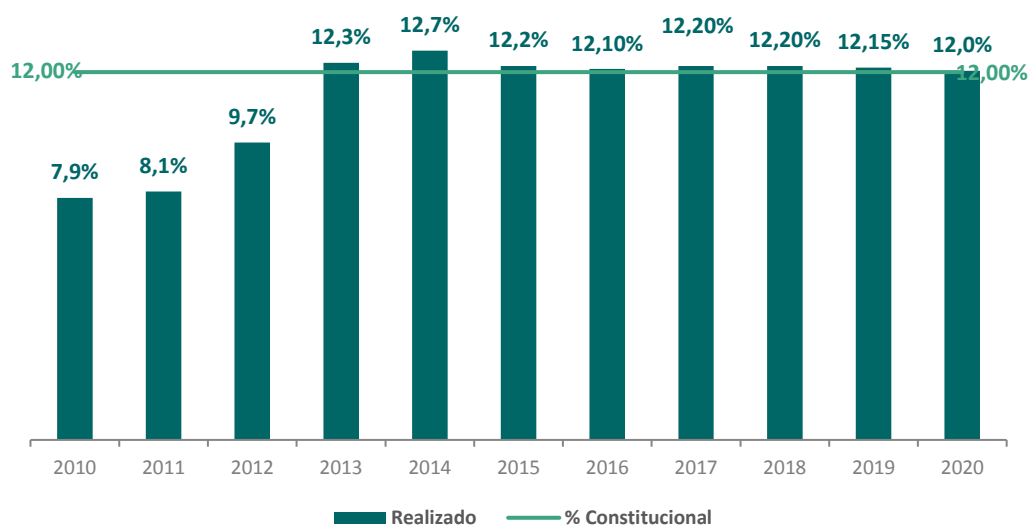


Em junho e julho, ainda sob o enfoque dos possíveis impactos da pandemia e as incertezas quanto ao ingresso de receitas, o Tesouro do Estado participou da reconstrução das cotas de custeio, com todos os órgãos do executivo estadual. Este trabalho resultou na publicação do Decreto 55.432, de 09/08/2020, o qual compatibilizava os regramentos anteriores para a execução orçamentária ao longo do segundo semestre de 2020, bem como a definição de novos limites para as cotas de custeio. Além disso, nesta ocasião, também foram viabilizadas ações estratégicas para o Estado, como as de combate à Covid-19, plano de ação contra efeitos da estiagem, Plano de Volta às Aulas, dentre outras.

O montante liquidado em custeio em 2020 totalizou R\$ 2,247 bilhões, representando uma economia de mais de R\$ 930 milhões em relação à meta mínima (LOA) sazonalizada, e uma economia de R\$ 533 milhões em relação à meta ideal (Decreto de Cotas nº 54.981) sazonalizada.

O montante liquidado em custeio em
2020 totalizou **R\$ 2,247 bilhões**

Gráfico 3 - Percentual constitucional de aplicação em saúde



Quanto à aplicação dos mínimos constitucionais de Saúde e Educação com relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), o Estado despendeu 12,14% em Saúde, percentual muito próximo aos 12,15% de 2019,

Do governo federal, o RS recebeu R\$ 826.160.209,73 para ações de enfrentamento à Covid-19.

1) Gastos Vinculados (LC 173/20) R\$ 259.010.853,44:

São os recursos entregues pela União para aplicação em Ações de Saúde e Assistência Social de enfrentamento à Covid-19. O valor recebido pelo RS, foi transferido em 4 parcelas entre junho e setembro de 2020.

Os empenhos ocorreram exclusivamente na Secretaria da Saúde, nos seguintes objetos de gasto:

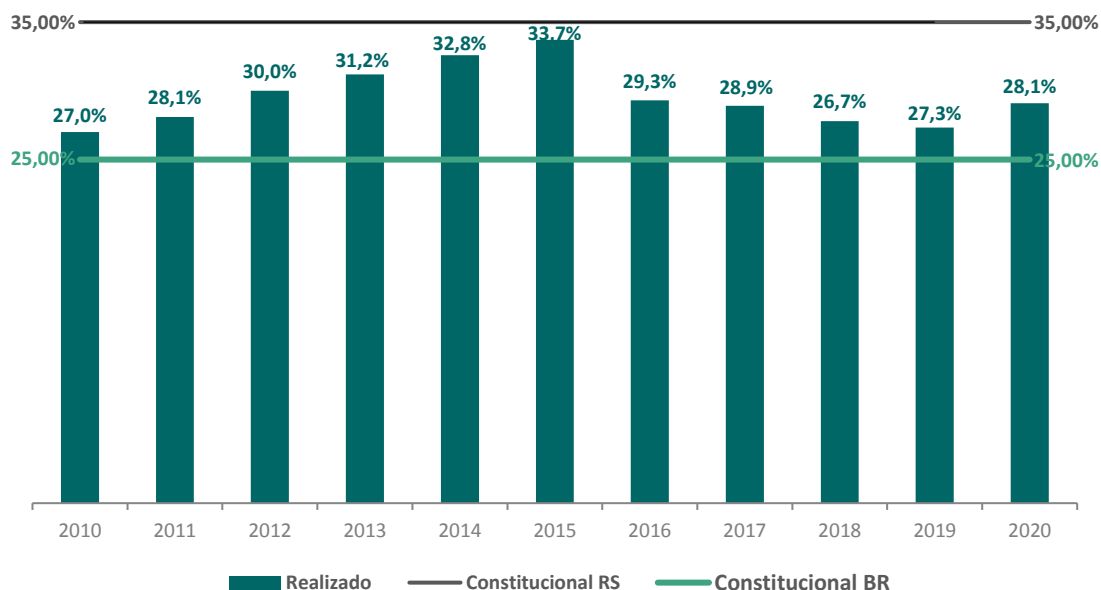
- Produção hospitalar (leitos) R\$ 134.661.652,80
- Transferência a Municípios R\$ 112.763.056,39
- Convênios com hospitais R\$ 11.586.144,25 R\$ 259.010.853,44

2) Repasses Covid Portarias SUS R\$ 567.149.356,29:

São os recursos extraordinários de combate à pandemia, com repasses diretos do Ministério da Saúde e destinação específica para o combate à Covid-19. As transferências federais dentro do SUS específicas ao combate da pandemia foram estabelecidas por meio de Portarias do Ministério da Saúde.

Os valores foram gastos em convênios com hospitais; produção hospital (leitos); medicamentos e artigos cirúrgicos; aquisição de equipamentos; EPIs; locação de Equipamentos e transferência a Municípios.

Gráfico 4 • Percentual constitucional de aplicação em educação

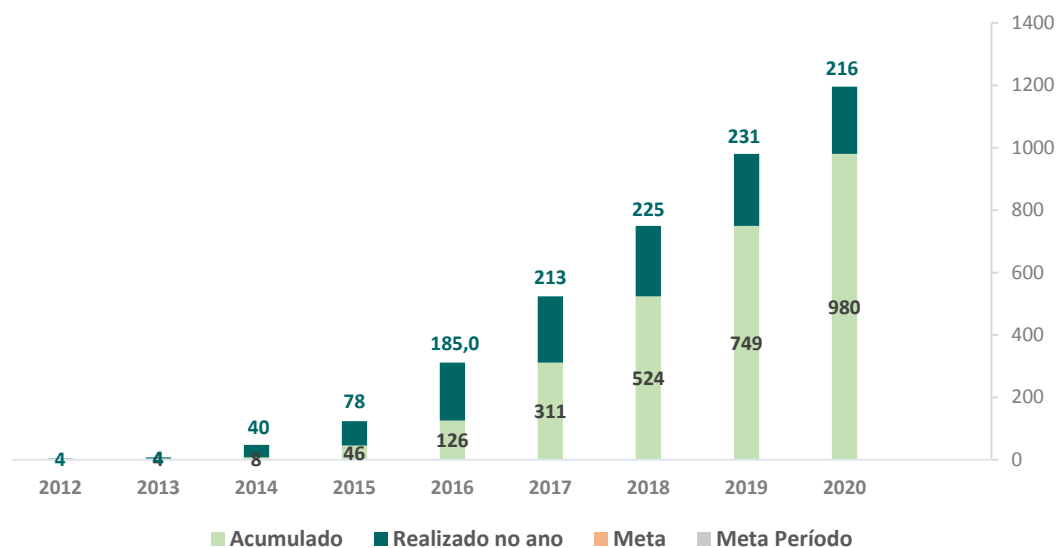


Para a educação, o Estado despendeu 28,12% da Receita Líquida em 2020. O valor é superior a 2019 quando o percentual chegou a 27,32%. O mínimo anual de aplicação de 60% do FUNDEB na remuneração dos professores da rede básica foi atingido, completando 62,16%.

De acordo com a Constituição brasileira, que determina a vinculação de recursos, o percentual mínimo do orçamento a ser investido em Educação pelo Estado, deve ser de 25% da arrecadação. A União deve destinar 18% para esse fim.

Para educação, o Estado despendeu
28,12% da Receita Líquida em 2020

Gráfico 5 • Economia Global Acumulada do Programa de Qualidade do Gasto



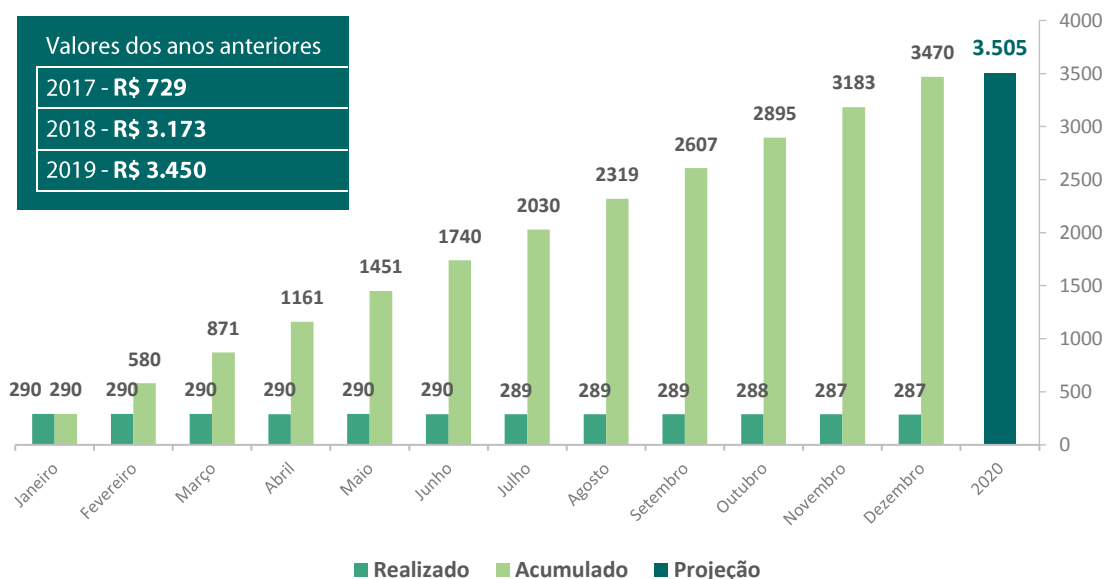
Linha de Base

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
20.000.000,00	40.000.000,00	60.000.000,00	80.000.000,00	100.000.000,00	120.000.000,00	140.000.000,00	160.000.000,00	180.000.000,00	200.000.000,00	220.000.000,00	240.000.000,00

O Programa Qualidade do Gasto, a ver no gráfico 4, representou em 2020 uma economia de R\$ 222 milhões ao Estado. No site de preços de referência foram mais de 100 acessos por mês. O programa reúne uma série de ações voltadas à otimização da aplicação dos recursos estaduais.

8.3 DÍVIDA PÚBLICA

Gráfico 6 • Desembolso a menor pelo não pagamento da dívida





8.4 DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

O maior grupo de despesas do Estado segue sendo o de Pessoal (64% da Despesa Total Efetiva), somando R\$ 30,5 bilhões em 2020, uma queda nominal de 2,2% em relação ao ano anterior. O resultado reverte uma trajetória de crescimento real observado na última década e decorre do fim da repercussão dos reajustes salariais na segurança pública, do controle das despesas de pessoal desde 2019 (vedação de aumentos e redução de novas contratações), dos impactos das reformas administrativa e previdenciária e da redução nos gastos judiciais de pessoal (Precatórios e RPVs), que tinham sido significativamente impactados em 2019 pelo programa Compensa-RS.

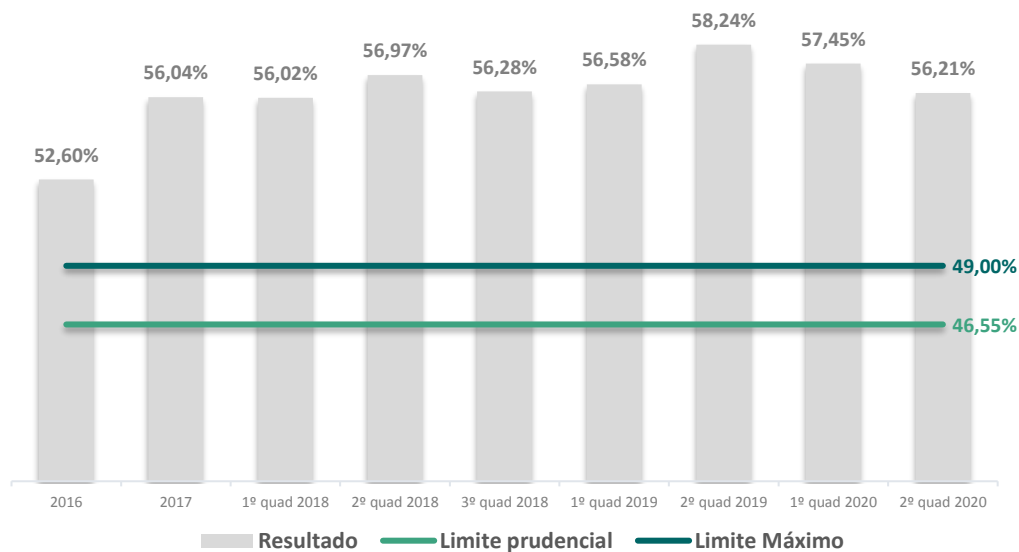
Com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 78/2020, a tendência é de desaceleração do crescimento da folha nos próximos anos. A reforma administrativa extinguiu avanços temporais, adicionais e gratificações por tempo de serviço, promoções automáticas e a incorporação das funções na aposentadoria, preservando o direito adquirido sobre valores que já tinham sido incorporados aos pagamentos dos servidores. Além disso, foi aprovada a reforma dos Estatutos do Magistério e da Brigada Militar, que correspondem às categorias que concentram a maior parcela dos servidores.

A reforma da previdência estadual também é uma das fontes mais importante de economia fiscal no longo prazo: os efeitos já foram observados em 2020, que evidenciou melhora de 17% no déficit previdenciário do Fundo Financeiro, que caiu de R\$ 12,4 bilhões (2019) para R\$ 10,3 bilhões (2020).

- O comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com as Despesas de Pessoal do Poder Executivo recuou para 42,49%, o menor percentual desde 2011, situando-se abaixo do limite prudencial e do patamar de 45,60%, registrado no ano passado.

Gráfico 7 • Percentual de comprometimento com despesa de pessoal do Poder Executivo*

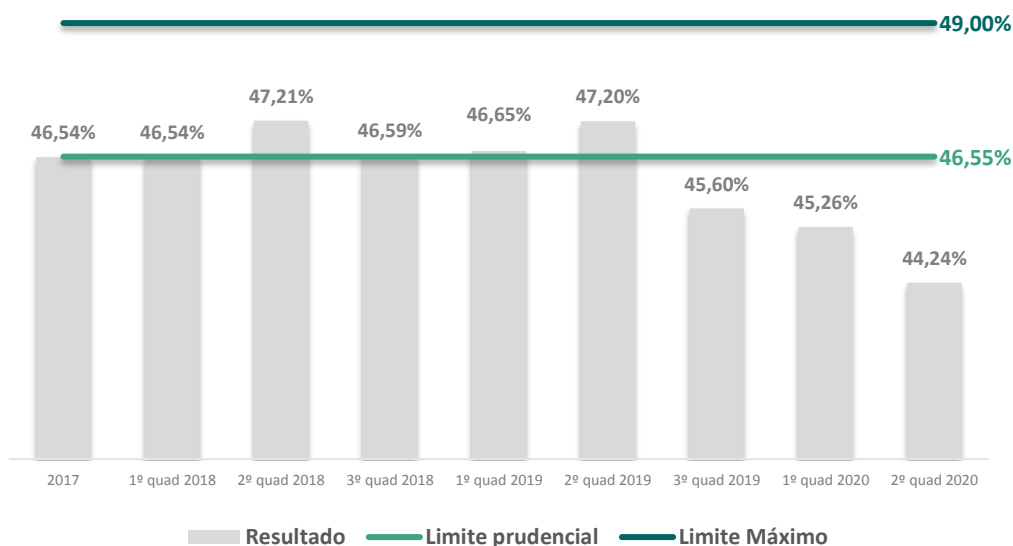
*Critério STN



O resultado é o melhor desde 2011. Pelos cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o índice ficou em 62,52%, o menor desde 2013, mas, ainda assim, acima do limite permitido por lei.

Gráfico 8 • Percentual de comprometimento com despesa de pessoal do Poder Executivo*

*Critério TCE



O percentual de despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida foi de 49,77%, pelos critérios do Tribunal de Contas.

Com as reformas que revisaram as carreiras dos servidores, cortaram benefícios e definiram novas alíquotas de contribuição, foi possível reduzir as despesas com pessoal. A **economia foi de R\$ 1 bilhão**. Além disso, os salários seguiram congelados e a folha passou a ser paga em dia desde novembro.

8.5 PRECATÓRIOS, REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs) E ACORDOS JUDICIAIS

Em virtude da pandemia, houve uma redução do número de solicitações, conforme demonstra o quantitativo de solicitações de empenho realizadas nos 2 últimos anos, mostrado no Gráfico 9.

Gráfico 9 • Quantidade de solicitações processadas

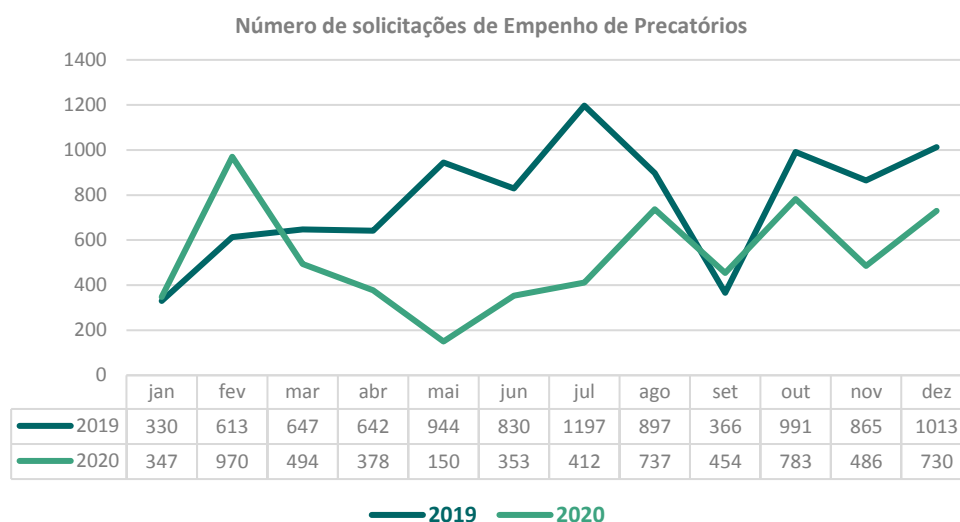
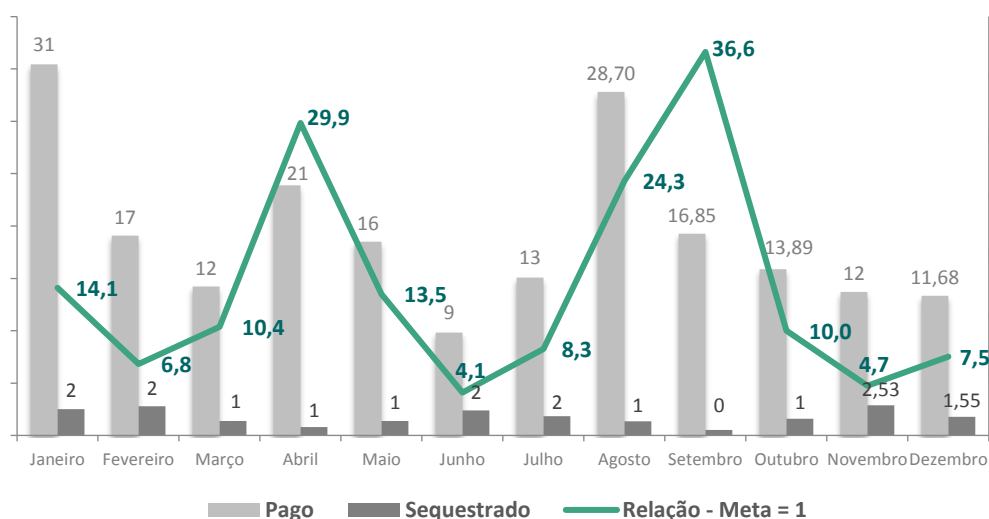


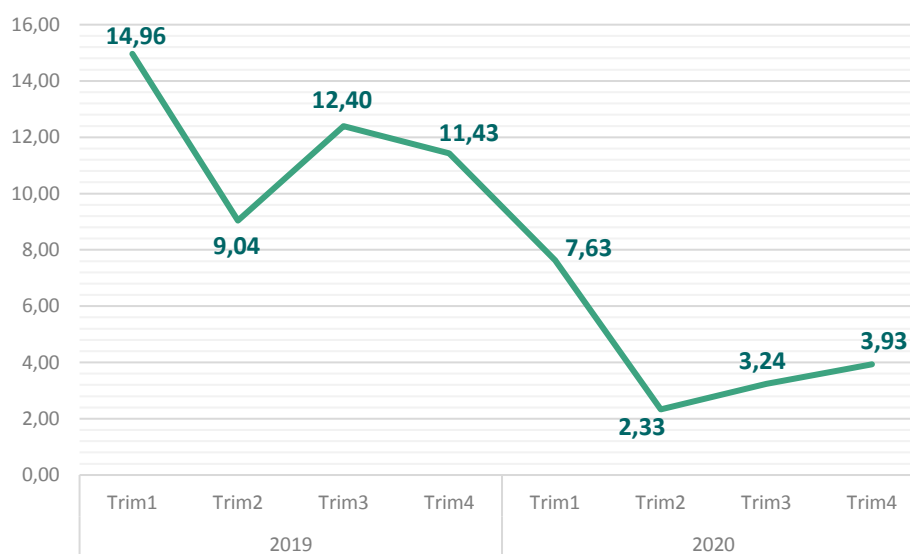
Gráfico 10 • Valores Pagos x Valores Sequestrados



Em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado (TJ) e Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS (PROCERGS), o Tesouro do Estado, após dois anos de desenvolvimento, implantou, em agosto de 2020, a integração das requisições de Precatórios por intermédio do novo módulo de integração PRECT- FPEA ferramenta permitiu a integração do programa de gerenciamento de precatório do TJ com o FPE, parcialmente concluído e em operação desde agosto de 2020 faltando ajustes finais.

Antes, diversos funcionários do TJ elaboravam uma relação dentre vários outros documentos e enviava via e-mail ao Tesouro do Estado, que refazia o trabalho para a integração com o FPE. A integração tornou os dados mais confiáveis e diminuiu tempo de processamento, passando de 11,69 dias em 2019 para 4,77 dias em 2020, conforme demonstra o Gráfico 11. Nota-se uma forte redução do tempo de processamento no segundo semestre quanto implantado o novo sistema.

Gráfico 11 • Dias para o processamento dos Precatórios



Também, foi implementado o novo sistema de RPVs Eletrônicas. A quantidade de RPVs eletrônicas atingiu a marca dos 80%, saindo de uma proporção de 15,43% em 2019. Em virtude dos primeiros impactos da pandemia, a manutenção da rotina de pagamento de RPVS somente foi possível graças a este novo sistema de recepção de RPVs.

Apesar da redução geral das solicitações de RPVs, efeito da pandemia, a centralização de pagamentos provocou um incremento das RPVS do TRT por extenso em mais de 534 %.

ACORDOS JUDICIAIS

Seguimos a administração de pagamentos de acordos judiciais, celebrados em anos anteriores conforme demonstrado na tabela 1. O sistema AVR são os Acordos de Vale Transporte (acordos judiciais em andamento).

Tabela 1 • Pagamentos de Acordos Judiciais em 2020 sistema AVR

ACORDO	VALOR PAGO R\$
Previdência Suplementar CPERGS 2%	3.098.775,36
10ª Parcela AVR 1º acordo	52.803.085,83
5ª Parcela AVR 2º acordo	542.027,66
6ª Parcela AVR 2º acordo	437.196,07
Total	53.782.309,56

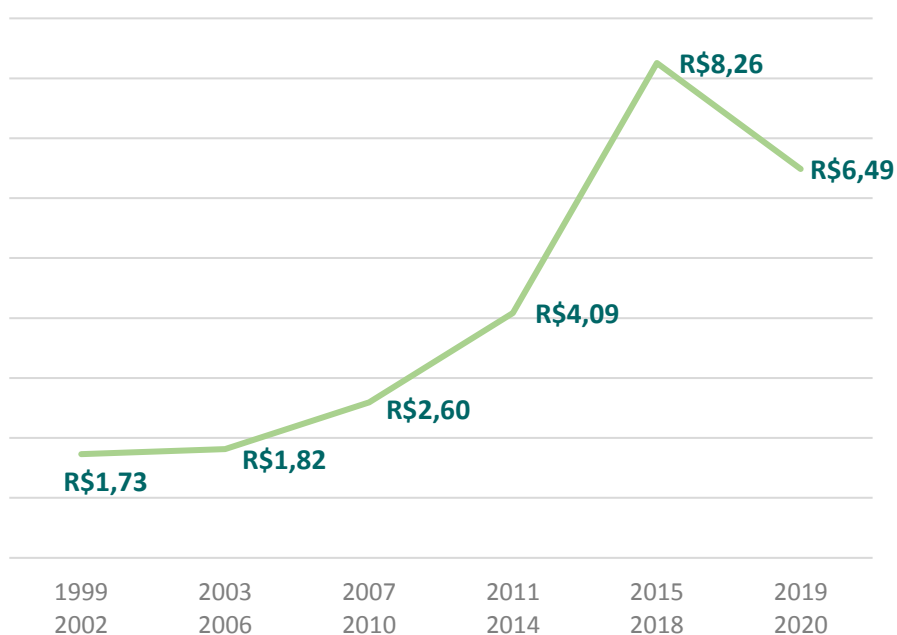
Foi desenvolvido também um novo módulo de acordos judiciais que vai tornar a celebração de acordos mais ágil e transparente. Ele permite a integração digital com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para a geração de pagamentos de acordos judiciais sem intermediação do Tribunal de Justiça- mais ágil e menos custoso para o Estado.



8.5 REDUÇÃO DO PASSIVO DO CAIXA ÚNICO

Reorganização do fluxo de caixa leva à redução inédita de R\$ 1,8 bilhão na dívida do caixa único. Essa gestão do fluxo de caixa contribuiu para que a folha salarial e os pagamentos de fornecedores da Tesouraria Central fossem regularizados no final de 2020. Em dezembro de 2018, a dívida do SIAC era de R\$ 8,26 bi, ao final de 2020, era R\$ 6,49 bi. Esse avanço foi possível por um minucioso levantamento da utilização e destinação dos recursos das mais de 400 contas correntes do Caixa Único.

Gráfico 12 • Passivo SIAC acumulado



Reorganização do fluxo de caixa leva à redução inédita de **R\$ 1,8 bilhão** na dívida do caixa único.

9.

Iniciativas Estratégicas 2020



Em 2020, foram mais de 20 iniciativas executadas pelo Tesouro do Estado. A seguir apresentamos os principais avanços delas.



// Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

Depois de quase 4 anos de negociação, o Projeto de Lei Complementar 101/2020 foi aprovado na Câmara e no Senado. Segue para sanção presidencial. Na nova redação, o RS supera os dois principais entraves à adesão: a flexibilização das privatizações e comprovação dos requisitos de habilitação incorporados. Lei Complementar 178/2021 sancionada.

Com a aprovação, o prazo do RRF passa de seis para até 10 anos, sendo um para conclusão da negociação e mais nove anos após a homologação.

O novo formato prevê a retomada gradual do pagamento de parcelas da dívida com a União já no segundo ano, porém com prestações mais leves e aumentando linearmente o percentual de pagamento a cada ano, além de permitir incluir no conjunto de dívidas com pagamentos parcelados após a adesão os financiamentos garantidos pela União (como os existentes no BNDES, BID e Banco Mundial).

O Rio Grande do Sul acumula quase R\$ 11 bilhões de pagamentos suspensos da dívida com a União por conta de uma liminar concedida em 2017, quando o Estado já negociava os termos de adesão ao RRF.

// Precificação NF-e

O lançamento do site <https://idbi.sefaz.rs.gov.br/prm/> disponibiliza preços de referência de medicamentos, insumos da área da saúde e outros para toda rede de gestores e de controle do Estado. O objetivo da ferramenta é potencializar a utilização dessas informações, propiciando maior eficiência nas compras públicas, segurança aos gestores e a transparência no processo.

A nova metodologia proposta seleciona o melhor preço baseado nos valores efetivamente praticados no mercado, representados na fatura eletrônica. Assim, a aquisição pública tem agora como parâmetro o valor que alcança determinado produto em função da competência do mercado e na lei da oferta e demanda.

O objetivo do site é disponibilizar aos agentes públicos, magistrados e órgãos de controle, parâmetros de preços de mercado e o Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG, elementos capazes de nortear as compras públicas, tanto em processos administrativos como judiciais, além de possibilitar aos órgãos de controle, a avaliar a correta aplicação dos recursos públicos.

Média de 85 a 120 acessos/mês.

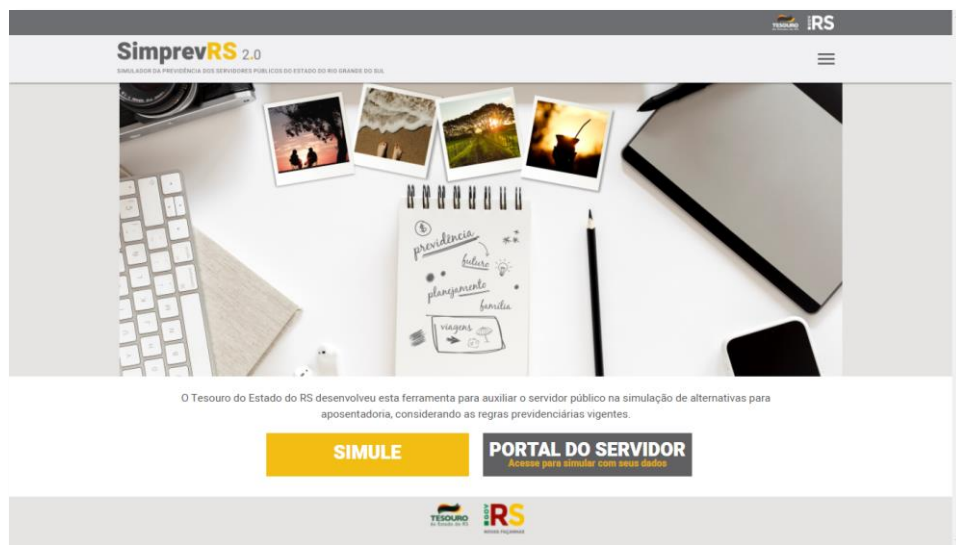
Projeto é destaque em eventos nacionais e internacionais O Nota Fiscal Eletrônica foi apresentado no Terceiro Diálogo Virtual Compras Públicas e Soluções Digitais: Desafios na Emergência Covid-19, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. No evento foi anunciado o lançamento do site Preços de Referência, que disponibiliza preços de referência de medicamentos, insumos da área da saúde e outros para toda rede de gestores e de controle do Estado.

O programa Preço de Referência Nota Fiscal Eletrônica também foi apresentado em reunião virtual do Comitê Executivo Estadual do Rio Grande do Sul do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde do CNJ, com a participação de vários representantes de instituições que atuam com o tema. Gestores públicos, magistrados e órgãos de controle, das três esferas de governo, puderam conhecer o funcionamento do portal.



// Simprev 2.0

É destinado à simulação de cenários caso o servidor opte pela migração para o Regime Especial de Previdência Social. A ferramenta de cálculo simula resultados apontados a partir de um perfil de servidor fictício permitindo o apontamento de cenários de rendimento durante o processo. Além disso, o servidor pode fazer vários testes mudando as variáveis. São mais de trinta possibilidades de resultados.



A ferramenta do Simprev foi remodelada e chegou à versão 2.0 atual a partir das mudanças do regime previdenciário no final do ano passado. No simulador foi introduzido o Benefício Especial. Se optar pelo Regime da Previdência Complementar, o servidor terá uma compensação referente ao tempo de serviço público em que esteve vinculado a outra regra previdenciária, contribuindo sobre base superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), hoje em R\$ 6.101,06.

A migração está disponível para servidores ativos civis, é irrevogável e deve ser solicitada ao RH do órgão ao qual está vinculado até agosto de 2023. O simulador Simprev 2.0 está disponível no site www.simprev.rs.gov.br.

// Programa de Inovação do Tesouro

Compreendendo a relevância da necessidade de criar espaços e métodos para a necessidade de inovação, o Tesouro do Estado lançou bases para a formulação de projetos, relacionamentos e interações com as comunidades que colaboram na gestão e inovação das finanças (público interno do Tesouro e da Secretaria da Fazenda, academia, gestores públicos).

O processo de colaboração e cocriação contou com a parceria de universidades como a UFRGS, PUCRS e Unisinos, além do consórcio Pacto Alegre.

- 10** projetos do 1º ciclo desenvolvido
- + de 100** pesquisadores envolvidos
- + de 50** reuniões técnicas para estruturação



// Contratação do Profisco II

A contratação de operação de crédito para o desenvolvimento do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado (Profisco II RS) autoriza o empréstimo de US\$ 60 milhões em cinco anos, com contrapartida de US\$ 6,7 milhões.

A assinatura do contrato autoriza o Estado a iniciar o desenvolvimento do projeto, que tem 19 produtos e 36 subprodutos a serem desenvolvidos com objetivo de desenvolver projetos de melhorias na gestão fiscal.

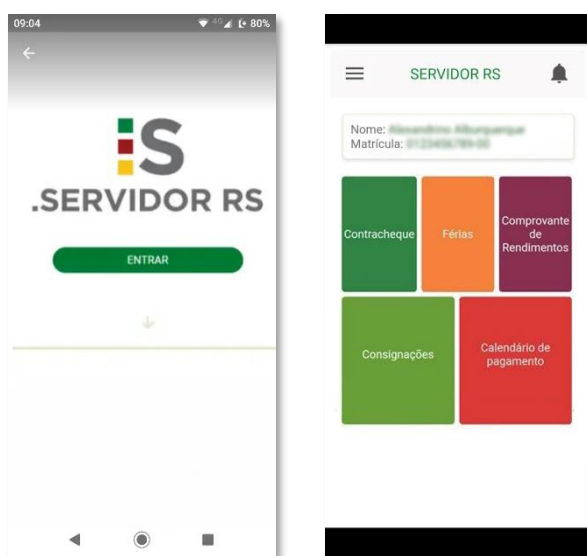
// App ServidorRS

Mais de 12 mil pessoas, entre servidores ativos, inativos e pensionistas, já utilizam o APP ServidorRS. O aplicativo foi lançado em uma Live em agosto de 2020 e está disponível no Google Play e também pode ser baixado pelo **app.servidor.rs.gov.br**.

Entre as funcionalidades disponíveis estão acesso a contracheques, Informe de Rendimentos para Imposto de Renda, Férias e Consignações. Também é possível consultas sobre Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Os servidores que têm o App também recebem notícias sobre liberação de informações sobre contracheques e calendário de pagamentos.

A ferramenta foi construída a partir de oficinas de cocriação com os principais órgãos envolvidos. A metodologia do *Design Thinking* foi a mesma adotada desde o início do processo privilegiando a busca de soluções de problemas de modo colaborativo.

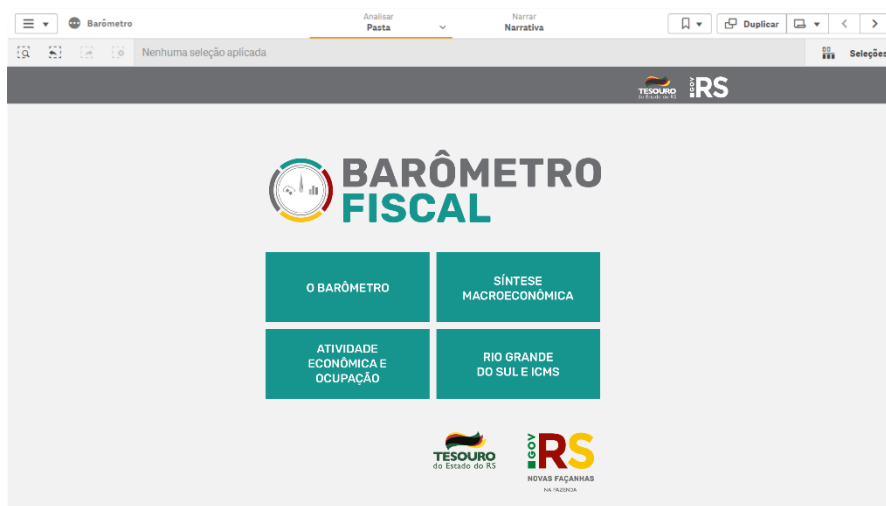
O App tem na sua governança o Fórum de Patrocinadores composto por Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento, Secretaria de Comunicação, Procergs, IPE Prev, IPE Saúde.



+ de 12 mil
pessoas já utilizam
o App Servidor RS

// Barômetro Fiscal

A ferramenta foi lançada no Bate-Papo de Finanças com Conselho Regional de Economia da 4ª Região (CORECON/RS) e Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE/UFRGS), no dia 25 de novembro de 2020. O Barômetro, ajuda a compreender a conjuntura econômica no que for relevante para as finanças estaduais, instrumentalizando os gestores da Secretaria da Fazenda para o planejamento e a tomada de decisão. São dados da conjuntura que alimentam os cenários fiscais e permitem análises mais seguras.

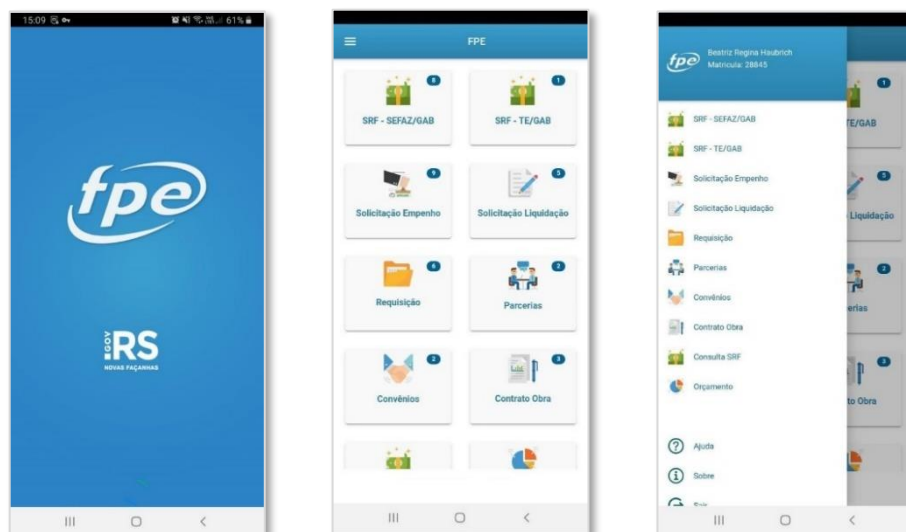


// FPE Mobile

Desde o lançamento em dezembro de 2020, o sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE Mobile) foi instalado via Google Play e Apple Store por mais de 580 usuários. Em média, por mês, são realizadas 3 mil solicitações de empenho.

O FPE Mobile, desenvolvido pela Sefaz em parceria com a Procergs, é um aplicativo que permite o gerenciamento, controle e execução orçamentária e financeira da despesa pública do Estado. Entre os benefícios da versão mobile destaque para a redução de custos operacionais, a agilidade, o aumento da eficiência e produtividade, além de maior transparência na gestão dos recursos.

Atualmente, o sistema possui mais de 40 mil usuários ativos, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas do Estado. A versão mobile traz benefícios: agilidade, facilidade, eficiência, produtividade e transparência na gestão dos recursos.



// IFRHE Férias Celetistas e Estatutários

O aplicativo foi finalizado em outubro de 2020. Focado nos gestores administrativos e financeiros permite aos usuários executar ações inerentes à função de ordenador de despesa. As principais funcionalidades disponíveis são: Solicitação e ordenação de Empenho, Solicitação de Liquidação, Requisições, Assinatura de Parcerias e Convênios e SRFs. A proposta tem como objetivos tornar a Gestão de Férias mais eficaz, eficiente e transparente e evitar penalidades previstas legalmente pela não fruição das férias.

O impacto financeiro estimado com relação aos celetistas é o não pagamento da indenização do salário de férias + 1/3 dos 84 com salário médio de R\$ 2.000,00, economia em torno de R\$ 240.000,00 no primeiro mês.

Para estatutários os benefícios são a disponibilização de ferramenta de gestão de férias para os gestores públicos e para os servidores além da digitalização dos serviços de justificativa, prorrogação de data limite bem como interrupção de férias (serviços que exigiam a tramitação de PROA).

// Carta de Serviços do Tesouro do Estado

Lançada em dezembro, a Carta de Serviços é um documento que orienta, esclarece e facilita a compreensão do cidadão sobre a prestação de serviços públicos, detalhando abrangência, características, especificidades, prazos e requisitos.

Esses compromissos firmados publicamente promovem a transparência e oferecem ao cidadão as informações suficientes para que fiscalize e demande qualidade na gestão pública.

A Carta de Serviço do Tesouro do Estado foi organizada em três grupos de público-alvo: Sociedade; Governo e outros poderes; e Servidores e Pensionistas. Além disso, todos os serviços são compostos pelos seguintes itens: nome; o que é; pré-requisitos; como solicitar; documentos necessários; prazo de atendimento e público.

A CARTA DE SERVIÇOS CONTÉM:

1. informações relativas ao serviço público oferecido;
2. os requisitos e os documentos necessários para acessar o serviço público;
3. as etapas para o processamento do serviço público;
4. a forma de prestação do serviço público;
5. a forma de comunicação com o solicitante do serviço público.



Para acessar a Carta de Serviços do Tesouro do Estado entre no endereço <https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/conteudo/14205/carta-de-servicos> e saiba como solicitar:

- 1) Abertura de Canal de Consignação;
- 2) Acesso à Declaração de Informe de Rendimentos;
- 3) Acesso aos ambientes do sistema RHE;
- 4) Acesso aos contracheques para servidores públicos estaduais;
- 5) Atendimento de Demandas Administrativas ou Judiciais referente à folha de pagamento
- 6) Atendimento Referente à Folha de Pagamento para Servidores;
- 7) Atualizações de informações de Dados Funcionais para Órgãos Federais;
- 8) Bloqueios ou Cancelamento de Consignações;
- 9) Consulta Créditos a Pagar para Fornecedores do Estado;
- 10) Contribuições Previdenciárias;
- 11) Créditos Adicionais Implantados no Orçamento do Estado;
- 12) Decretos de Cotas Orçamentárias;
- 13) Emissão de Declarações, Demonstrativos ou Cópias de Documento Relativos aos Servidores;
- 14) Histórico Funcional;
- 15) Implantação de Cotas Orçamentárias;
- 16) Implantação de Pensão Especial;

- 17) Implantação e Revisão de Pensão Estatutária;
- 18) Informações relativas sobre Contrato de Serviços de Terceiros (CST);
- 19) Informações sobre consignação facultativa;
- 20) Informações Sobre Consignações para Consignatárias;
- 21) Informações sobre Despesa de Pessoal;
- 22) Orientações aos Recursos Humanos sobre Folha de Pagamento;
- 23) Pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPVs);
- 24) Preços de Referências de Mercado (PRM);
- 25) Projeção de Ingressos de Tributos Estaduais e Repasses Federais para os Municípios;
- 26) Recadastramento de Servidores Inativos e Pensionistas Estatutários ou Especiais;
- 27) Relatório de Execução Orçamentária;
- 28) Simulação de Aposentadoria para Benefício Especial - Simprev rs 2.0;
- 29) Solicitação de Declarações de Contrapartida para Convênios com Órgãos Públicos;
- 30) Solicitação de Férias;
- 31) Solicitações de Recursos Financeiros – SRF;
- 32) Suporte aos Órgãos em Execução Financeira;
- 33) Suporte aos Órgãos em Execução Orçamentária;

// **App Consulta Popular**

O aplicativo é aberto ao público e contém histórico de investimentos da Consulta Popular, por município, região, projeto, recurso e demandas, etc. A atualização é diária.

// **App Emendas Parlamentares**

Este aplicativo apresenta informações sobre a execução orçamentária e financeira das Emendas parlamentares no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. É possível analisar os dados de forma específica por meio de filtros, ou por meio de consulta analítica.

Lista de filtros permitidos:

- Deputado(a)
- Partido Político
- Ano de Pagamento
- Órgão
- Região
- Município
- Fase de Despesa

// Contratação Temporária de Professores

Professores contratados pelo Estado são inseridos na folha de pagamento em até 15 dias. A agilidade no processo foi conseguida graças a um redesenho do fluxo de informações que cria um pré-ingresso do docente na folha, além da eliminação de algumas etapas.

Antes da remodelagem, os docentes começavam a trabalhar mas só recebiam em média, quatro meses depois. Isso acontecia porque há um tramite obrigatório para a efetivação como entrega de documentos e laudo médico. A modificação inclui os temporários na folha enquanto os dados são analisados. Pelo modelo implantado, se em dois meses o processo do contratado não for finalizado, o pagamento é bloqueado e a Secretaria de Educação do Estado verifica o que impactou no trancamento do processo e são apontados os pontos a serem corrigidos.

// Relatório da Dívida Pública do Estado

O Tesouro do Estado, em parceria com o Conselho Regional de Economia (CoreconRS), lançou em evento virtual em julho, o Relatório Anual da Dívida do RS. O tema central do debate virtual foi “A situação fiscal dos Estados no pós-pandemia: alternativas e financiamento de políticas públicas”.

O tradicional documento (11 edições) agora é totalmente digital, propiciando além da transparência no conteúdo, compromisso com a sustentabilidade e economia de recursos. Além da situação fiscal e evolução do valor nominal da dívida, foi destaque nesta edição do Relatório, o número de precatórios pagos em 2019, o maior valor já registrado anualmente pelo Estado, além do esforço da negociação do governo gaúcho com a União. Também foi destaque nas negociações do ano, a aprovação do Profisco II que vai permitir ao Estado investimentos em projetos de gestão e aperfeiçoamento.

10.

Comunicação




Os processos de comunicação do Tesouro foram atualizados em 2020, a partir das novas exigências e dinâmicas que acompanharam a transformação causada pelos efeitos da crise sanitária. Foram redesenhadas estratégias e adotados novos canais de diálogo e promoção de serviços, com o propósito de intensificar os fluxos de informação e ajustar as modalidades de comunicação para todos os públicos.

A mudança de paradigma exigiu a adaptação de estratégias de comunicação tradicional para novos modelos de comunicação online e offline, consagrando a adaptação necessária do sistema de gestão e promoção.

O lançamento de novos produtos contemplou a preocupação com a distância promovida pelo isolamento social. No campo estratégico, foi função da comunicação aumentar a transparência, dar suporte aos serviços e orientar a cidadania.

Nesse sentido, cabe destacar a consultoria e acompanhamento da área da comunicação no desenvolvimento e divulgação de ferramentas e plataformas com o sentido de aumentar a proximidade, consolidar serviços, facilitar acessos e modernizar diferentes etapas de gestão e promoção de políticas públicas.

Esse trabalho se materializou na contribuição sobre desenvolvimento de interfaces, usabilidade, escuta da jornada do usuário, modos de produzir e distribuir conteúdos, além da edição ou tradução de termos técnicos para uma linguagem que amplie o entendimento dos públicos destinatários.

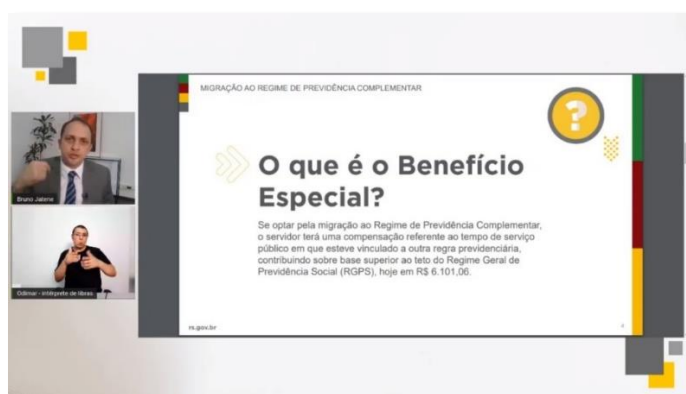


O lançamento de novos produtos contemplou a preocupação com a distância promovida pelo isolamento social. No campo estratégico, **foi função da comunicação aumentar a transparência, dar suporte aos serviços e orientar a cidadania.**

Veja alguns exemplos de estratégias, instrumentos, materiais e plataformas adotadas:

// LIVES //

O uso das redes sociais se tornou fundamental para a comunicação neste período de isolamento social. Lives sobre os mais diferentes assuntos foram utilizadas por instituições, empresas, órgão público e personalidades de áreas diversas para informar ou discutir assuntos. Nesse sentido, foi preciso um esforço extra para viabilizar também no Tesouro o uso dessa ferramenta que garantiu a manutenção de eventos já tradicionais como o Bate-papo de finanças e o lançamento de debates e novas ferramentas de comunicação lançadas para o contato com públicos externos.



// VÍDEOS //

Com a obrigatoriedade do isolamento foi necessário usar a criatividade e implementar novas formas de comunicação. Especialistas em comunicação apontam que os vídeos são o futuro do setor já utilizada em larga escala em redes sociais. A linguagem já vinha sendo utilizada em momentos especiais pelo Tesouro com seu público interno e se mostrou abrangente e com bastante conectividade. Por isso, durante o período de teletrabalho foi intensificada.



// SITE //

A **página do Tesouro do Estado**, dentro do site da Secretaria da Fazenda, vem passando por uma remodelação com atualização permanente dos números referentes à prestação de serviços, relatórios e informações pertinentes aos diferentes públicos.





11.

Desafios 2021 Olhar para o futuro



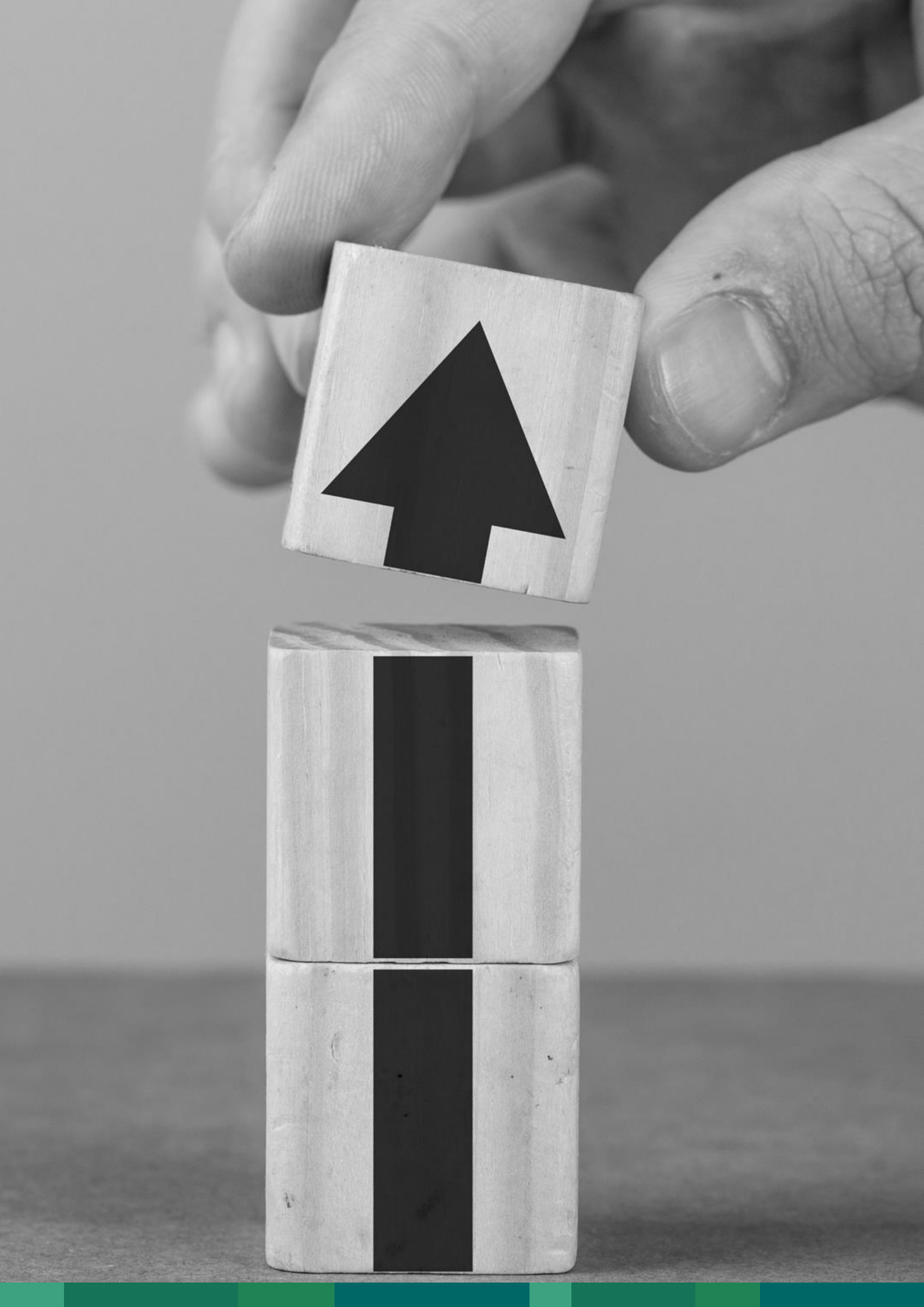
O ano de 2020 não foi fácil para a economia em todo o mundo. Enquanto a pandemia se alastrou, a queda na arrecadação aliada ao aumento necessário de investimentos fez com que governos escolhessem atender necessidades mais urgentes e adotassem medidas para socorro aos setores que mais necessitaram. No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) tombou 4,1% de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o maior recuo desde 1996. No RS, o recuo do PIB alcançou 7% afetado pela estiagem e pela pandemia. Os dados são do Departamento de Economia e Estatística, da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DEE/SPGG).

Na esteira dos acontecimentos, coube ao Tesouro do Estado acolher medidas necessárias para captar recursos e destiná-los ao fortalecimento de ações com impacto na redução dos danos causados pela Covid-2019.

Ao analisar os dados apresentados neste relatório, é possível perceber que a prática foi no sentido de garantir o contingenciamento, melhorar os serviços para dar mais agilidade e transparência aos públicos do Tesouro do Estado além de destinar recursos de forma legal e com compromisso aos setores mais atingidos da sociedade.

Esse também foi um ano de diálogo e superação: depois de muitos meses o Estado conseguiu atingir a meta de pagamento da folha em dia e de honrar com os compromissos assumidos com credores. Também foi o ano de buscar novos recursos com organismos econômicos a fim de garantir a implantação de projetos além de diálogo com demais poderes.

Com a perspectiva de que 2021 seja o ano de imunização da população vencendo a Covid-19, o compromisso de olhar para o futuro do Estado com responsabilidade e otimismo se renova aliado a responsabilidade do trabalho sério e comprometido. Seguimos!





RELATÓRIO
EXTERNO
20
20

Equipe Editorial:

Diego Degrazia
Sandra Bitencourt
Tatiane de Sousa
Andressa Meinerz
Paolo Mazzoncini Martinez
Fernando Maccari Lara

Diagramação:

Assessoria de Comunicação da Secretaria da Fazenda do Estado: Kelin Alida Räsch Ströher

Fotos: Freepik

tesouro.fazenda.rs.gov.br

